



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

**DA FALA PARA A ESCRITA: uma proposta sobre a atuação do revisor de texto
no processo de retextualização de entrevistas**

Denise Eduardo de Oliveira Alencar^{*}

RESUMO

Este artigo estuda o processo de retextualização, com foco nas entrevistas faladas, à luz, precipuamente, dos estudos do linguista Luiz Antônio Marcuschi. Objetiva, principalmente, destacar a importância de o revisor de texto dominar técnicas de retextualização; especificamente, pretende demonstrar como a retextualização pode provocar um esmaecimento da identidade do entrevistado; pretende, ainda, sugerir como deve ser a atuação do revisor. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que permitiu definir o conceito de retextualização, abordou a noção de gêneros textuais e o papel do revisor de texto. Em seguida, analisaram-se três entrevistas retextualizadas para identificar as intervenções do revisor e opinar sobre elas. Com relação ao esmaecimento da identidade, comprovou-se, na pesquisa bibliográfica, que a retextualização pode provocá-lo, mas a análise das entrevistas selecionadas não permitiu essa mesma conclusão, pois não foi possível detectar nelas marcas caracterizadoras dos indivíduos. Por fim, propôs-se ao revisor de texto uma forma de atuar em textos de entrevistas que tenham sofrido o processo da retextualização.

Palavras-chave: Linguística Textual. Gêneros Textuais. Revisão de Textos. Retextualização. Entrevistas.

^{*} Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto, sob orientação da Profa. Dra. Carolina Queiroz Andrade.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da atuação do revisor de texto quando precisa lidar com o complexo processo da retextualização, especificamente em textos delicados como entrevistas. Delicados porque, geralmente, contêm marcas individuais do entrevistado – que vão desde sua identidade como falante da língua até suas convicções pessoais –, que, se tratadas sem o devido cuidado, podem ser deturpadas a ponto de gerar um mal-estar entre o entrevistado e o veículo de comunicação que propagou o texto. A pergunta deste trabalho consiste em saber, portanto, como deve ser a atuação do revisor de texto no processo de retextualização de entrevistas.

O objetivo principal é destacar a importância de o profissional revisor dominar técnicas de retextualização, com foco nas entrevistas faladas e posteriormente retextualizadas. Além disso, como objetivos específicos, pretende-se destacar como o processo da retextualização de entrevistas pode atuar no esmaecimento da identidade do entrevistado; e sugerir como deve ser a atuação do revisor para não adentrar em questões de identidade nem deixar de fazer as correções necessárias.

A metodologia consistiu na realização de pesquisa bibliográfica, fundamentada precipuamente na obra de Luiz Antônio Marcuschi¹ “Da fala para a escrita – atividades de retextualização”, voltada para os estudos de retextualização, gêneros textuais e revisão de texto. Em seguida, partiu-se para a análise de três entrevistas faladas que sofreram o processo de retextualização, utilizando-se modelo proposto por Marcuschi. Foi escolhido um trecho de cada entrevista e transcrito tal qual foi enunciado, posteriormente demonstrou-se como o trecho foi retextualizado pelo veículo de informação e, por fim, foram feitas observações acerca desse processo.

A estrutura deste trabalho está dividida da seguinte forma: na seção 2, são introduzidos teoricamente os termos fala e escrita, que são imprescindíveis para a compreensão do tópico 2.1, o qual aborda o conceito de retextualização. O tópico 2.2 traz o modelo de análise de retextualização proposto por Marcuschi, que embasará as análises deste trabalho. A seção 3 traz uma breve noção sobre

¹ Em homenagem ao linguista que faleceu em setembro de 2016.

gêneros textuais, com foco nas entrevistas, e no tópico 3.1 há uma abordagem sobre o gênero manual jornalístico. A seção 4 traz a contextualização das entrevistas escolhidas e a análise dos dados, de forma que o tópico 4.1 justifica a escolha das entrevistas trabalhadas e o tópico 4.2 analisa de forma geral as entrevistas e, em seus subtópicos, 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 são feitas as análises de cada entrevista isoladamente. A seção 5 destina-se a discutir o papel do revisor de texto com base nos estudos sobre o tema e, por fim, o tópico 5.1 responde à pergunta deste trabalho, sugerindo uma atuação adequada desse profissional, de acordo com os estudos realizados.

2 FALA E ESCRITA

Até os anos 80, os estudos acerca dos fenômenos fala e escrita propagavam que se tratava de dois sistemas linguísticos diferentes, dicotômicos e polarizados (MARCUSCHI, 2001, p. 16). A fala é inerente ao ser humano, proveniente de sua condição fisiológica, e é o que o distingue dos demais animais, considerada como uma forma de comunicação que ultrapassa os aspectos instintivos presentes na comunicação de animais irracionais. Já a escrita foi resultado da criação humana a partir da necessidade de desenvolvimento de suas atividades. Devido a isso há uma crença – que perdura até os dias atuais – que a escrita é a representação gráfica da fala, é derivada dela (MARCUSCHI, 2001, p. 17).

A partir dos anos 80, passou-se a observar que essa visão era falha quando levadas em consideração as questões dos usos da língua, com base na teoria funcionalista, que estuda a língua em seu uso, de forma contextualizada. A relação entre fala e escrita, como apontam os estudos mais recentes, é de interação e complementaridade. Apesar da fala ser inerente ao ser humano e da escrita ter surgido há apenas 3.000 anos antes de Cristo, não há que se falar em supremacia daquela sobre esta. A escrita não consegue reproduzir todos os elementos da fala como gestos, por exemplo, além disso, contém elementos próprios como os gráficos ou imagéticos, o que a retira dessa falsa subordinação e a coloca em pé de igualdade com a fala (MARCUSCHI, 2001, p. 17).

Por outro lado, devido ao fato de ser ensinada em ambientes formais – geralmente escolas – e possuir um prestígio cultural derivado da norma padrão da gramática tradicional, chegando a ser erroneamente considerada como a própria educação, e também por estar diretamente ligada ao poder, a escrita ganhou um *status* de hegemonia em detrimento da fala, deixando o estudo desta, por muito tempo, à margem dos currículos escolares (MARCUSCHI, 2001, p. 18). Todavia, com a visão funcional da língua, esse mito foi superado, pois fala e escrita estão a serviço do falante de forma equilibrada, caracterizando modos de uso da língua que se relacionam e se complementam, diferentemente do que se pensava anteriormente (MARCUSCHI, 2001, p. 34).

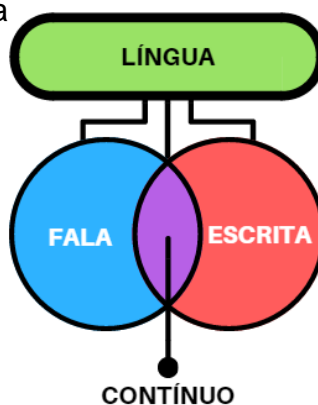
Segundo Marcuschi, a língua é:

[...] um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico, suscetível a mudanças), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas), indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como texto e discurso (2001, p. 43).

Desse modo, sendo a própria língua esse fenômeno rico em diferentes aspectos, quanto mais serão as suas modalidades de uso, pois refletem essas características de dinamismo. O autor defende que a relação entre fala e escrita não é consensual, óbvia ou linear. Essa relação se dá dentro de um “*continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos” (MARCUSCHI, 2001, p. 37).

A figura a seguir representa esse entendimento relacional entre língua, fala e escrita:

Figura 1 – Língua, fala e escrita



Fonte: produzido pela autora.

Fica claro que a língua é um sistema maior, ao qual se subordinam os fenômenos da fala e da escrita, cada um mantendo suas características particulares, porém há uma interseção entre essas duas modalidades, o que representa o contínuo entre elas. Torna-se necessário exemplificar o que é esse contínuo que Marcuschi chama “de uma gradação ou de uma mesclagem” (2001, p.18), se referindo aos modos de uso da língua – fala e escrita: há textos que são puramente falados e outros que são puramente escritos, ficando bastante determinada a modalidade a qual pertencem, todavia há textos que são originalmente falados que passam a ser escritos (como as entrevistas que serão estudadas neste trabalho), e o contrário também ocorre, textos que são originalmente escritos e passam a ser falados (discurso político, por exemplo), e é aí que se dá o contínuo. O autor conclui que “fala e escrita são diferentes, mas as diferenças não são polares e sim graduais e contínuas” (MARCUSCHI, 2001, p. 46).

Em seu texto, Marcuschi (2001, p. 25) faz diferenciação entre oralidade e letramento e fala e escrita. Explica que oralidade “é a prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora (...)”. Já a fala é “a forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto) (...)”. Letramento “envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita (...) até uma apropriação profunda (...)”. A escrita é “um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracterizaria por sua constituição gráfica (...)”. Neste trabalho, focaremos apenas nos entendimentos de fala e escrita.

2.1 Da fala para a escrita – processo de retextualização

Como já demonstrado, fala e escrita se relacionam constantemente na língua, estabelecendo um contínuo entre elas. Textos orais podem ser transformados em textos escritos e esses podem ser oralizados. Essas transformações causarão mudanças nesse texto, pois as modalidades fala e escrita possuem marcas que lhes são próprias.

Marcuschi (2001, p. 46) defende que o processo da transformação de um texto da modalidade falada para a modalidade escrita é uma das formas de se realizar o que ele chama de retextualização. Explica que esse termo foi utilizado na tese de doutorado de Neusa Travaglia ao se referir à tradução de uma língua para outra, no entanto o autor o emprega na tradução de uma modalidade para outra dentro de uma mesma língua.

O autor (2001, p. 51) ainda afirma que a esse processo de transformação do sonoro para o gráfico também se dá o nome de transcrição ou de transcodificação, ou seja, a transformação de um código sonoro para um código gráfico. Todavia, chama a atenção para a diferença entre transcrição e retextualização (2001, p. 49), afirmando que aquela se constitui em “passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados”, de forma que as mudanças realizadas por ela não interfiram na linguagem ou no conteúdo; já, nesta última, “a interferência é maior e há mudanças mais sensíveis, em especial no caso da linguagem”.

Ele destaca que transcrição ou transcodificação é uma “primeira transformação, mas não é ainda uma retextualização” (2001, p. 51), no entanto, mais a frente, parece abrir uma exceção ao afirmar que há transcrições que efetuam mudanças como inserção de pontuações e eliminação de hesitações de fala constituindo-se em um primeiro formato de retextualização, e o exemplo que ele traz disso é o caso das entrevistas publicadas. Os limites entre transcrição e retextualização parecem não ficar muito claros na obra.

Refinando um pouco o conceito de retextualização de Marcuschi, Dell'Isola (2007, apud Andrea & Ribeiro, 2010) aborda a questão do funcionamento social da linguagem, afirmando ser a retextualização um “processo de transformação de uma modalidade textual em outra, ou seja, trata-se de uma refacção e uma reescrita de um texto para outro, processo que envolve operações que evidenciam o funcionamento social da linguagem”. Já na visão de Matencio (2002, apud Andrea & Ribeiro, 2010), “retextualizar é produzir um novo texto” e “toda e qualquer atividade propriamente de retextualização irá implicar, necessariamente, mudança de propósito”.

Andrea e Ribeiro (2010) acreditam que retextualização pode ser associada a “uma mudança entre modalidades de veiculação e entre gêneros

textuais². O processo envolve intervenções que vão além dos aspectos linguísticos, interferem na situação comunicativa, podendo ocasionar mudança no gênero.

Problematizando ainda mais essa questão da indefinição do que vem a ser a retextualização, Rocha (2012, p. 38) afirma que “não importa o grau de intervenção que se proceda no texto-base, será sempre uma retextualização”, pois uma simples pontuação que se acrescente ao texto já pode mudar o seu sentido. Ele ainda inova propondo o termo ressitualização para se referir à passagem de um gênero para outro “o que implicaria uma preocupação com a mudança na configuração do gênero em seu aspecto formal (linguístico e visual), discursivo (função social) e na organização prototípica do gênero (estrutura potencial)” (ROCHA, 2012, p. 38).

Acerca das mudanças realizadas em textos que sofreram esse processo, há marcas próprias da modalidade escrita que acabam modificando o texto originalmente oral em certo nível. Marcuschi (2001, p. 36) afirma que a escrita normalmente prioriza a norma padrão da língua, sendo considerada, diferentemente da fala, como não estigmatizadora, ou seja, o fator da identidade pessoal sofre o que se convencionou chamar de neutralização, ocorre um esmaecimento de uma característica facilmente identificável do falante. As variantes não padrões da língua são utilizadas apenas quando se deseja destacar alguma especificidade do falante. Quanto a essas questões, tem-se o exemplo do caso de uma entrevista gravada, concedida por Ariano Suassuna a um determinado veículo de comunicação³, que, ao transformar a entrevista em texto escrito, acabou adequando à norma padrão a expressão “nas venta” (originalmente dita pelo escritor), transformando em “nas vendas”, mudança que fez com que Suassuna registrasse uma reclamação, pois essa expressão era sua marca pessoal, de modo que ele acabou não se sentindo representado na entrevista publicada.

Com relação às questões de identidade, é importante destacar que Norman Fairclough defende a teoria social do discurso, ou seja, o discurso é influenciado pela sociedade, é uma prática social, contextualizada em determinada situação, por isso a forma como a pessoa fala ou escreve demonstra quem ela é

² Para eles compreendido como “formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais típicas e em domínios discursivos específicos”.

³ Após ampla pesquisa, não foi possível localizar a fonte dessa entrevista. Esse exemplo foi utilizado em sala de aula pela professora Edineide Silva, durante o curso de especialização em Revisão de Texto.

(FAIRCLOUGH, [1992] 2008). Essa teoria está ligada aos estudos de Análise do Discurso Crítica, que não serão aprofundados neste trabalho.

Outro ponto a ser considerado é que toda atividade de transcrição provém, primeiramente, da compreensão que o transcritor teve do texto oral, assim, o texto escrito apresentará essa carga de sentido influenciada pelo transcritor. Acerca desse processo de transformação e suas consequências, Marcuschi conclui que:

Transcrição não é algo simples, nem natural. Trata-se de uma atividade que atinge de modo bastante acentuado a fala original e pode ir de um patamar elementar até uma interferência muito grande. Não existe uma fórmula ideal para a transcrição “neutra” ou pura, pois toda a transcrição já é uma primeira interpretação na perspectiva da escrita (2001, p. 53).

Feitas essas considerações, tomaremos, para este trabalho, o conceito de retextualização utilizado por Marcuschi, que tem como base a mudança da modalidade, da oral para a escrita, tendo sempre em vista que esse conceito ultrapassa as intervenções meramente estruturais e linguísticas e está imbricado à noção de gêneros textuais, suas funções sociais e seus propósitos.

2.2 Modelo de retextualização proposto por Marcuschi

Marcuschi (2001, p. 54) fez um levantamento de variáveis que podem ajudar na realização do processo de retextualização: 1. o propósito da transcrição, ou seja, o texto receberá o tratamento adequado ao seu propósito, se for publicado, por exemplo, sofrerá maiores adaptações que um texto para uso pessoal; 2. a relação entre o produtor do texto falado e o transformador em texto escrito, pois acredita-se que, se o próprio autor do texto for o seu transformador, as adaptações serão maiores do que as realizadas por outra pessoa; 3. a relação entre o gênero textual falado e o gênero textual da versão escrita, porque os gêneros podem ser iguais, como as entrevistas estudadas neste trabalho, por exemplo, o que ocasionaria menor ocorrência de adaptações; 4. os processos de formulação inerentes a cada modalidade, que têm a ver com a impressão que se tem de maior perfeição do texto escrito em razão das correções realizadas nele, as quais não são perceptíveis na versão final, já no texto falado há a impressão de maior imperfeição, pois as correções realizadas pelo próprio falante aparecem no texto.

A observação dessas variáveis já é um norte para o retextualizador e o ajudará a evitar adaptações desnecessárias, bem como o conduzirá a fazer mudanças que sejam necessárias, levando em consideração o objetivo e o gênero textual do produto final. Essas mudanças seguem “estratégias de regularização linguística” (MARCUSCHI, 2001, p. 55) que vão muito além de simples adequações à norma padrão da língua, “afetam as estruturas discursivas, o léxico, o estilo, a ordenação tópica, a argumentatividade (...)”. Mais uma vez, é importante destacar que um bom texto retextualizado deve preservar o conteúdo e a verdade do texto falado.

Com relação a isso, Marcuschi (2001, p. 70) traz um exemplo de uma entrevista com Arnaldo Antunes, concedida à revista *Playboy*⁴, que foi reproduzida pela *Folha de São Paulo*⁵ e causou polêmica quando o entrevistado protestou que aquilo que fora publicado não guardava correspondência com a realidade.

Figura 2 – Excerto do livro “Da fala para a escrita: atividades de retextualização”

Como ilustração da complexidade envolvida nas atividades cognitivas presentes nesse conjunto de operações, observemos um exemplo. Trata-se da reação de José Ruy Gandra (*Folha de S. Paulo*, 30/10/1993), em relação à reclamação do músico Arnaldo Antunes (*Folha de S. Paulo*, 23/10/1993) que lamentara as distorções ocorridas no texto que reproduzia uma entrevista para a revista *Playboy* (nº 219). Assim se expressa A. Antunes a certa altura de seu texto reclamatório:

Exemplo (1)

Nunca me reconheci tão pouco em uma entrevista. Nunca abominei tanto um discurso colocado por terceiros em minha boca. Um pequeno e bom exemplo desse procedimento: o entrevistador me perguntou se eu já tivera relações homossexuais. A resposta foi um sucinto “não”. Resposta publicada: “Nunca, nem mesmo em troca-troca quando eu era criança”. Essa espécie de “adorno” às declarações com fantasias e fetiches do entrevistador se tornou procedimento usual na edição da matéria de uma forma geral.

⁴ Revista *Playboy* Nº 219.

⁵ A reclamação de Arnaldo Antunes foi publicada na *Folha de São Paulo* de 23 de outubro de 1993 e a resposta do jornalista foi publicada no mesmo jornal em 30 de outubro daquele mesmo ano.

Em sua réplica, Ruy Gandra escreve o seguinte:

Exemplo (2)

A primeira passagem da entrevista mencionada por Arnaldo Antunes, logo no início de seu texto, foi a da homossexualidade. Ele diz: "O entrevistador me perguntou se eu já tivera relações homossexuais. A resposta foi um sucinto 'não'. Resposta publicada: 'Nunca, nem mesmo em troca-troca quando eu era criança.'" (...) Arnaldo Antunes mente, como comprova a fita número 4 da entrevista. Pergunta: "Você já teve transa homossexual?". Resposta: "Não, nunca." Pergunta: "Nem quando criança, troca-troca?". Resposta: "Não, nem criança..." Com o aval da concordância expressa do entrevistado e em nome da concisão, as duas perguntas foram fundidas em uma só. Não há nisso nenhum mistério nem ato condenável. (grifo meu)

Reconstruindo os procedimentos, de acordo com as informações de Ruy Gandra, teríamos o seguinte segmento da entrevista entre R (Ruy) e A (Antunes):

R: Você já teve transa homossexual?

G: Não, nunca

R: Nem quando criança, troca-troca?

A: Não, nem criança

Transformação publicada pelo jornalista:

R: Você já teve transa homossexual?

N: Não, nunca, nem mesmo em troca-troca quando eu era criança

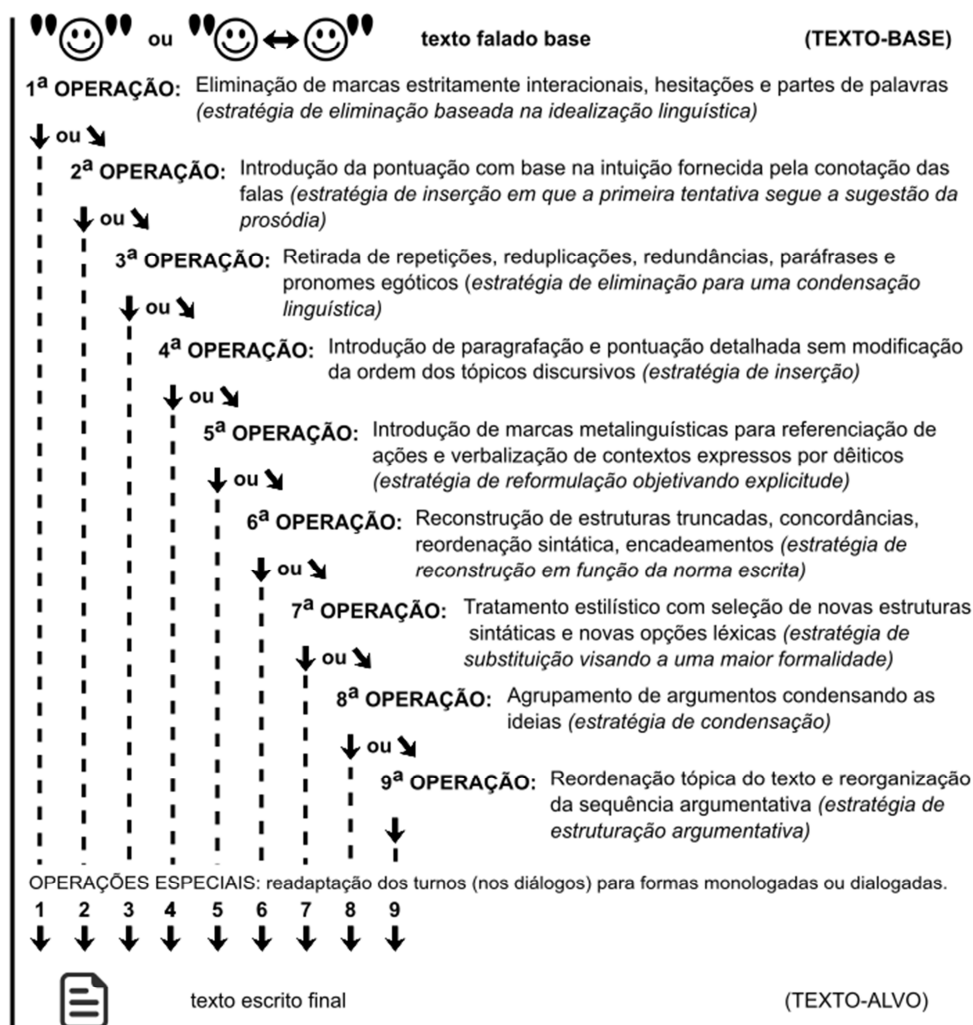
Fonte: Marcuschi (2001, p. 70)

Nesse caso, o jornalista se defendeu, em nome da concisão, por ter fundido as duas respostas de Antunes (dadas a duas perguntas diferentes) com a segunda pergunta, como se se fossem uma única resposta dada apenas à primeira pergunta. No entanto, ocorreu um problema de "atribuição de fala" (MARCUSCHI, 2001, p. 71), pois, além da fusão realizada, o discurso se apresentou na forma direta e acabou atribuindo a autoria da fala a Antunes como se ele tivesse dito aquilo *ipsis verbis*, o que claramente não foi verdade.

Os problemas que podem ocorrer em textos retextualizados são corriqueiros, devido à complexidade dessa ação e a todas as questões já abordadas neste trabalho. Assim, embora não acredite em uma fórmula ideal para a retextualização, uma receita que se deva seguir para se chegar a um texto escrito que equivalha ao original falado e que seja conciso o suficiente para o propósito a que se destina, Marcuschi desenvolveu o diagrama a seguir que se propõe a ser um modelo simplificado, que, na sua visão, acaba deixando de lado alguns fenômenos presentes no processo da transcrição, mas ajuda a criar um padrão para o processo, deixando-o menos intuitivo.

Figura 3 – Modelo de retextualização proposto por Marcuschi

Diagrama 2. Modelo das operações textuais-discursivas na passagem do texto oral para o texto escrito



Algumas observações sobre as legendas para ler o modelo:

a) A sequência inicial na parte superior do modelo ("☺" ou "☺↔☺") lembra apenas que pode tratar-se de um texto falado *monologado* ("☺") ou então de um texto falado *dialogado* ("☺↔☺") que serve de **texto-base** para a retextualização.

b) O símbolo (↓) posto abaixo de cada uma das 9 operações sugere que se pode partir desse ponto para o texto final, e o símbolo (↘) indica que se pode ir à operação seguinte.

c) O símbolo (☰) na parte inferior do modelo lembra que esse é o *texto escrito* tido como o ponto de chegada, isto é, o **texto-alvo** do processo de retextualização.

Fonte: Marcuschi (2001, p. 75)

Nesse diagrama, o autor identifica nove operações que não acontecem exatamente de forma hierárquica ou sequenciada, mas ocorrem preferencialmente nessa ordem (2001, p. 74). As quatro primeiras seguem regras de regularização e idealização linguísticas, as quais utilizam eliminações (de marcas interacionais, de hesitações de fala, de repetições...) e inserções (de pontuação – tanto com base em

entoação quanto em normas gramaticais –, de parágrafos...). As cinco operações seguintes seguem regras de transformação que são a retextualização em sentido estrito e “vão além da simples regularização linguística, pois envolvem procedimentos de substituição, reordenação, ampliação/redução e mudanças de estilo (...)” (MARCUSCHI, 2001, p. 62), envolvem aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e cognitivos.

Como proposta para operacionalizar os aspectos evidenciados no referido diagrama, Marcuschi elabora o quadro a seguir, que será utilizado na análise das entrevistas neste trabalho.

Figura 4 – Quadro para análise de retextualização proposto por Marcuschi

**MODELO DIAGRAMÁTICO PARA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE
RETEXTUALIZAÇÃO**

Texto Original	Retextualização	Operações e análises			
		Tipo de operação	Eliminações	Transformações	Acréscimos/ Alterações
		1ª			
		2ª			
		3ª			
		4ª			
		5ª			
		6ª			
		7ª			
		8ª			
		9ª			
		Operações Especiais			

Fonte: Marcuschi (2001, p.123)

3 SOBRE GÊNEROS TEXTUAIS

Marcuschi (2008, p. 147) aponta que, apesar de não ser novo, o estudo de gêneros textuais tem sido assunto de grande interesse no desenvolvimento de pesquisas na atualidade (desde as últimas décadas do século XX), não havendo um consenso acerca do tema. O autor, citando Swales (1990, p. 33), aponta que “hoje,

gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias”, em contraposição à visão mais antiga que relacionava gênero à literatura apenas. Além disso, esse estudo tem se tornado cada vez mais multidisciplinar (2008, p. 149), envolvendo áreas do conhecimento como sociologia, literatura, tradução, análise do discurso, etc.

Com base na visão linguística sociointerativa, Marcuschi (2008, p. 154) defende que toda a atividade de comunicação humana se dá por meio de gêneros textuais, que são formas de “realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”, o autor ainda afirma que:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (2008, p. 155).

Para um melhor entendimento, é importante conhecer o conceito de domínios discursivos, que, segundo Marcuschi (2008, p.155), representam “instâncias discursivas”, são “práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas”. Um domínio discursivo pode conter vários gêneros diferentes, e além disso, gêneros iguais podem pertencer a domínios discursivos diferentes, todavia os gêneros trarão as marcas institucionais do domínio discursivo ao qual pertencem. O autor ainda explica a questão dos tipos textuais (p. 154), para que não se confundam com os gêneros, constituindo-se em “sequências linguísticas (...) são modos textuais”. Portanto, um único gênero pode apresentar vários tipos textuais, podendo também haver a predominância de um deles.

Com relação ao já mencionado contínuo tipológico entre fala e escrita, o qual aponta para a mistura que muitas vezes se dá entre essas duas modalidades, o autor observa uma correlação nos gêneros textuais (2008, p. 190). Um gênero pode ser originalmente oral e emitido por meio sonoro (fala), pode ser originalmente oral e emitido por meio gráfico (escrita), pode ser originalmente escrito e emitido por meio gráfico e pode ser originalmente escrito e emitido por meio sonoro (p. 192). Isso implica dizer que os modos de uso da língua também influenciarão no gênero. No caso específico do gênero textual entrevista, aqui utilizado, Marcuschi (2008, p. 195) o classifica dentro do domínio discursivo jornalístico e é um gênero que pode se dar

apenas na modalidade oral, apenas na escrita ou na fusão das duas, sendo considerado neste último caso como um “gênero misto ou híbrido” (p. 198).

3.1 Manual jornalístico

Faz-se importante falar um pouco sobre o gênero textual manual, do domínio discursivo jornalístico, o qual se destina a orientar regras de editoração adotadas por determinado veículo de informação. Trata-se de um guia de suma importância para o revisor, pois traz inclusive orientações de cunho normativo-linguístico e carrega as marcas institucionais daquele veículo.

Toma-se como exemplo o Manual de Redação e Estilo, do Jornal O Estado de São Paulo, que, além de abordar as normas condizentes com a gramática tradicional, contém as normas internas e de estilo, para garantir que todas as reportagens estejam em consonância com o jornal como um todo. Quanto à marca institucional do jornal, é interessante notar a preocupação em destacá-la na missão do jornal, antes mesmo da apresentação do livro:

Editar um veículo de comunicação e informação defensor da democracia, da livre iniciativa, idôneo, moderno e comprometido com o seu permanente aprimoramento. Ser inovador, oferecendo produtos e serviços de qualidade a seus leitores e anunciantes, promovendo o desenvolvimento dos seus recursos humanos e garantindo rentabilidade aos seus acionistas. Buscar constantemente o jornalismo diferenciado e investigativo, difusor de ideias pluralistas e que analise e interprete fatos isentadamente e esteja sempre voltado para os interesses do cidadão.

O revisor terá na gramática e no manual a base normatizadora de suas ações, devendo atentar-se principalmente a este último, já que pode adentrar em questões abertas na gramática e convencionar usos da língua preferíveis para o veículo de comunicação ao qual pertence, sistematizando até mesmo aspectos estilísticos, como se vê no Manual de Redação e Estilo do Jornal O Estado de São Paulo, cujo próprio nome já faz menção a isso.

A pesquisa bibliográfica permitiu, até aqui, entender os aspectos que estão envolvidos no processo de retextualização, que vão além de simples alterações estruturais e linguísticas, pois levam em consideração as características estabelecidas no contínuo entre fala e escrita, a noção de gêneros textuais, suas funções sociais e seus propósitos. Apesar de ainda não ser consente entre os

linguistas, foi possível traçar um conceito de retextualização, a partir de suas contribuições (com exceção da visão de Rocha, que se distanciou das outras), e trabalhar com ele. Por meio do conceito de retextualização adotado, aliado à utilização das variações e do diagrama de Marcuschi, procedamos, pois, às análises.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 Contextualização – entrevistas do Programa Roda Viva

Não é matéria fácil encontrar entrevistas gravadas que tenham sido retextualizadas e disponibilizadas ao público. Após intensa pesquisa na internet, descobriu-se que várias entrevistas do Programa Roda Viva, da TV Cultura, foram retextualizadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), tendo um material voltado à pesquisa científica, disponíveis em <<http://www.rodaviva.fapesp.br/entrevistas/1>>. Portanto, tornou-se imperativo trabalhar com esse material.

Preliminarmente optou-se pela escolha de entrevistas com base na pessoa do entrevistado, dando-se preferência a indivíduos que pudessem ter em sua fala maiores marcas de variantes outras que não a norma padrão. No entanto, nem sempre foi possível encontrar a entrevista gravada completa referente ao texto transcrito, o que acabou excluindo da análise alguns entrevistados considerados adequados para o critério adotado.

Diante disso, foram selecionados alguns trechos das entrevistas realizadas com Chico Anysio (em 22 de junho de 1993), com Dias Gomes (em 12 de junho de 1995) e com Heloísa Helena (em 12 de junho de 2006). Embora todos os entrevistados tenham em comum o fato de terem nascido no Nordeste brasileiro, não foi intencional analisar exclusivamente as variantes linguísticas dessa região.

Foi realizada uma análise geral das três entrevistas (tópico 4.2) com base nas variáveis de Marcuschi e nos elementos público-alvo e gênero textual. Logo após, foram analisados os trechos selecionados (tópicos 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3), os

quais foram transcritos *ipsis verbis* por mim e as versões retextualizadas da FAPESP aparecem logo abaixo.

4.2 Análise geral – retextualizações feitas a partir das entrevistas

A partir das variáveis apontadas por Marcuschi, de modo geral, observou-se que as entrevistas, que a princípio foram gravadas para serem transmitidas pela televisão, foram posteriormente retextualizadas com o objetivo de servirem à pesquisa científica, havendo, portanto, uma forte mudança com relação ao propósito; a relação entre os produtores do texto original e do texto transcrito era distante; o gênero falado era a entrevista e permaneceu o mesmo no texto escrito, o que ocasionou mudanças menos profundas em nível de estrutura e linguagem; e os processos de formulação foram bastante evidentes no texto falado e neutralizados no texto escrito.

Cabe ressaltar também que, embora não seja uma das variáveis apontadas pelo autor, percebeu-se que o público-alvo geral (pessoas com um nível cultural elevado, que se interessam por política e literatura) permaneceu o mesmo. Isso porque, embora a entrevista falada fosse transmitida pela televisão, tratava-se de um canal cultural, o que, por si só, já delimitava seus espectadores; e o fato de os temas serem política e literatura acabou selecionando ainda mais esse grupo. De forma geral, o público-alvo da FAPESP permaneceu o mesmo, mas, mais especificamente, delimitou-se em um público que almeja mais do que uma simples informação e objetiva realizar um estudo científico.

Com relação aos aspectos do gênero textual, notou-se que as entrevistas transmitidas pela TV Cultura pertencem ao domínio discursivo jornalístico, carregando as marcas institucionais desse veículo de comunicação, bem como as marcas do Programa Roda Viva em si, constituindo um gênero de linguagem formal (tendo em vista também seu propósito e seu público-alvo). Com a retextualização, percebeu-se que, embora o gênero textual seja o mesmo – entrevista –, além de ter sofrido uma mudança na modalidade de uso da língua (da fala para a escrita) que já conferiu ao texto maior formalidade, houve, também, uma mudança com relação ao domínio discursivo, pois a FAPESP é uma instituição do meio acadêmico, voltada para a pesquisa científica. Feita essa análise geral, alguns trechos das entrevistas

serão examinados de acordo com a proposta do quadro de Marcuschi, mas, por questões de melhor diagramação, isso será feito nos parágrafos e não propriamente no quadro.

4.2.1 Análise da entrevista com Chico Anysio⁶

- O texto transcrito *ipsis verbis* foi o seguinte:

Jorge Escosteguy: Mas... é porque... eu digo... Por que a política? Quer dizer, por que você de repente gostaria de ser um deputado, por exemplo, deputado federal?

Chico Anysio: Por uma razão, porque eu acho que era a maneira de cortar um pouco a grande frustração da minha vida que era não ter sido advogado. Eu acho que eu seria um bom advogado, e o deputado é um advogado do povo, eu eu eu não iria para lá do mesmo modo que a maioria está, eu iria para valer, né? Eu iria... Talvez eu fosse ser o ridículo da Câmara.

- O texto retextualizado pela FAPESP foi o seguinte:

Jorge Escosteguy: Mas eu digo... Por que a política? Quer dizer, por que você de repente gostaria de ser um deputado, por exemplo, deputado federal?

Chico Anysio: Por uma razão, porque eu acho que era a maneira de cortar um pouco a grande frustração da minha vida que era não ter sido advogado. Eu acho que eu seria um bom advogado, e o deputado é um advogado do povo, eu não iria para lá do mesmo modo que a maioria está, eu iria para valer, não é? Talvez eu fosse ser o ridículo da Câmara.

Fonte: página eletrônica da FAPESP ⁷

- Análise:

A retextualização provocou mudanças nos trechos sublinhados na versão da transcrição. No trecho “é porque”, foi realizada a 1ª operação de exclusão desse trecho, pois se trata de uma marca de interação de hesitação, que não faz falta ao conteúdo. O trecho “eu eu” sofreu a 3ª operação de retirada de repetições, pois se trata de uma característica de emissão da fala que não altera o conteúdo. A palavra “né” foi transcrita como “não é” e sofreu a 7ª operação de tratamento estilístico a partir da utilização de nova opção léxica visando à maior formalidade. O trecho “Eu iria” sofreu também a 1ª operação de exclusão. Ressalta-se que toda a pontuação

⁶ Vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=L42dwVjFn3U>>

⁷ Disponível em <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/444/CHICO%20ANYSIO/entrevistados/chico_anysio_1993.htm>.

presente nos trechos foi feita no processo de retextualização, constituindo a 2ª operação do diagrama.

4.2.2 Análise da entrevista com Dias Gomes⁸

- O texto transcrito *ipsis verbis* foi o seguinte:

Matinas Suzuki: Agora uma pergunta que... o livro vai virar uma minissérie, como a gente falou, uma pergunta que eu acho que todo mundo deve te fazer. Esse livro não está saindo em uma hora um pouquinho errada? Ou seja, não é no momento em que o país está com perspectiva de mudan... perspectivas de mudanças, que as pessoas parecem que voltaram a acreditar em uma transformação do do Brasil, existe um certo... uma certa expectativa.

Dias Gomes: Por causa disso nós não vamos falar do passado? Não, vamos vamos refletir sobre o passado, já que é sobre ele que nós vamos construir um Brasil novo, não é? Ah... inclusive o o romance termina com um sopro de otimismo, esperando que o país tenha mudado, não é? Eu não sei se é otimismo ou é ironia. Não sei...

- O texto retextualizado pela FAPESP foi o seguinte:

Matinas Suzuki: O livro vai virar uma minissérie, como a gente falou, [mas eu tenho] uma pergunta que eu acho que todo mundo deve lhe fazer. Esse livro não está saindo em uma hora um pouquinho errada? Ou seja, não é no momento em que o país está com perspectivas de mudanças, que as pessoas parecem que voltaram a acreditar em uma transformação do Brasil, existe uma certa expectativa.

Dias Gomes: Por causa disso nós não vamos falar do passado? Não, vamos refletir sobre o passado, já que é sobre ele que nós vamos construir um Brasil novo. Inclusive o romance termina com um sopro de otimismo, esperando que o país tenha mudado. Eu não sei se é otimismo ou é ironia.

Fonte: página eletrônica da FAPESP⁹

- Análise:

A retextualização provocou mudanças nos trechos sublinhados na versão da transcrição. No trecho “agora uma pergunta que...”, foi realizada a 1ª operação de exclusão desse trecho. O trecho “te” sofreu a 6ª operação ao ser substituído pelo pronome “lhe”, ajustando o equívoco gramatical, pois o lhe exerce a função de objeto indireto da locução verbal “deve fazer”. O trecho “perspectiva de mudan...” sofreu a 1ª operação, bem como o trecho “um certo...”, devido ao fato de serem

⁸ Vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=y9MydY702io>>

⁹ Disponível em <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/405/entrevistados/dias_gomes_1995.htm>

marcas estritamente interacionais, hesitações. Já o trecho “do”, ainda na fala do jornalista, bem como o trecho “vamos”, de Dias Gomes, sofreram a 3ª operação. Os trechos “não é?”, utilizados com frequência pelo autor ao longo de toda a entrevista, sofreram a 1ª operação (bem como em todas as outras vezes que ocorreram na entrevista), pois foram considerados marcas meramente interacionais. O trecho “ah...” sofreu a 1ª operação, o trecho “o” e o trecho “não sei...” sofreram a 3ª operação, o primeiro por se tratar de repetição e o segundo por ser redundância. A pontuação de todo o texto foi feita com base na 2ª operação durante o processo de retextualização. O trecho em negrito na versão retextualizada “[mas eu tenho]” trata-se de uma inserção realizada pelo retextualizador, constituindo a 5ª operação de introdução de marcas metalinguísticas para verbalização de contextos expressos por dêiticos (o jornalista faz um gesto voltado para si nesse momento).

4.2.3 Análise da entrevista com Heloísa Helena¹⁰

- O texto transcrito *ipsis verbis* foi o seguinte (a pergunta era se seria indesejável que houvesse políticos profissionais):

Heloísa Helena: Sim, mas tem uns que só querem ser político pra meter a mão nos cofres públicos, **né?** Eu acho que se você quer... eu digo sempre que as pessoas de bem têm que participar das instâncias de decisão política. Se as pessoas de bem, independente das convicções ideológicas, da visão de mundo, das concepções programáticas que tenham, se as pessoas de bem não participa das instâncias de decisão política, quem lá fica, definidas as normas estabelecidas na vida em sociedade, são os delinquentes de luxo, são os vigaristas, são aqueles que deveriam estar – como manda o Código Penal, ao patrocinar tráfico de influências, intermediação de interesses privados, exploração de prestígio, corrupção passiva e ativa, portanto, crimes contra a administração pública – deveriam estar na cadeia.

¹⁰ Vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3x2AiQlt1ds>>

- O texto retextualizado pela FAPESP foi o seguinte:

Heloísa Helena: Sim, mas tem uns que só querem ser políticos para meter a mão nos cofres públicos, né? Eu acho que se você quer... eu digo sempre que as pessoas de bem têm que participar das instâncias de decisão política. Se as pessoas de bem, independente das convicções ideológicas, da visão de mundo, das concepções programáticas que tenham, se as pessoas de bem não participam das instâncias de decisão política, quem lá fica, definidas as normas estabelecidas na vida em sociedade, são os delinquentes de luxo, são os vigaristas, são aqueles que deveriam estar – como manda o Código Penal, ao patrocinar tráfico de influências, intermediação de interesses privados, exploração de prestígio, corrupção passiva e ativa, então, crimes contra a administração pública – deveriam estar na cadeia.

Fonte: página eletrônica da FAPESP ¹¹

- Análise:

A retextualização provocou mudanças nos trechos sublinhados na versão da transcrição. O trecho “político” sofreu a 6ª operação, corrigindo a concordância nominal para “políticos”. O trecho “pra” sofreu a 7ª operação, selecionando-se nova opção léxica “para”. Da mesma forma, o trecho “participa” sofreu a 6ª operação para corrigir a concordância verbal. Por fim, o trecho “portanto” também sofreu a 7ª operação, selecionando-se a palavra “então” em seu lugar, apesar de serem conjunções conclusivas. Com relação à pontuação, mais uma vez foi realizada a 2ª operação no processo da retextualização. Destaca-se a presença da palavra em negrito “né”, a qual não sofreu exclusão ou alteração léxica (como ocorrido nas entrevistas anteriores).

5 O PAPEL DO REVISOR DE TEXTO

Segundo Rocha (2012, p. 17), é comum a visão de que o revisor de texto é um profissional que possui “profundo conhecimento da norma-padrão e aplica esse conhecimento indiscriminadamente a qualquer gênero ou a qualquer situação sociocomunicativa”, visão essa que, para o autor, “é uma atitude redutora e linguisticamente irrefletida em considerar o revisor de texto como um mero ‘fiscal da língua’”. O linguista (2012, p.65) identifica em algumas obras sobre revisão uma visão limitadora da função do revisor, considerando-o como “uma marionete que só checa aquilo que foi pedido no processo de produção de texto”, que exerce uma ação mecânica e desprovida de inteligência.

¹¹ Disponível em

<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/493/helo%EDsa%20helena/entrevistados/heloisa_helena_2006.htm>

Essa visão, no entanto, tem sofrido mudanças, pois a atividade do revisor tem sido considerada de suma importância. O revisor consegue enxergar erros que o autor, por estar acostumado com a obra, não mais os vê. Exerce, portanto, um trabalho consciente e detalhista, que leva em conta o conteúdo, a coesão, a coerência, os erros ortográficos, etc.

Rocha (2012) ressalta a importância de a atividade de revisão de texto estar diretamente ligada à noção de gênero e às questões de multimodalidade, ou seja, o revisor deve ser um profissional que além de dominar as regras gramaticais da norma padrão, deve ser sensível ao contexto com o qual está trabalhando, atentando-se aos propósitos do gênero textual, sua função social e seu público-alvo. Além disso, deve levar em consideração todos os aspectos que compõem um texto, desde a grafia até os elementos visuais e diagramais (multimodalidade), sendo sua responsabilidade verificar a coerência entre todos eles.

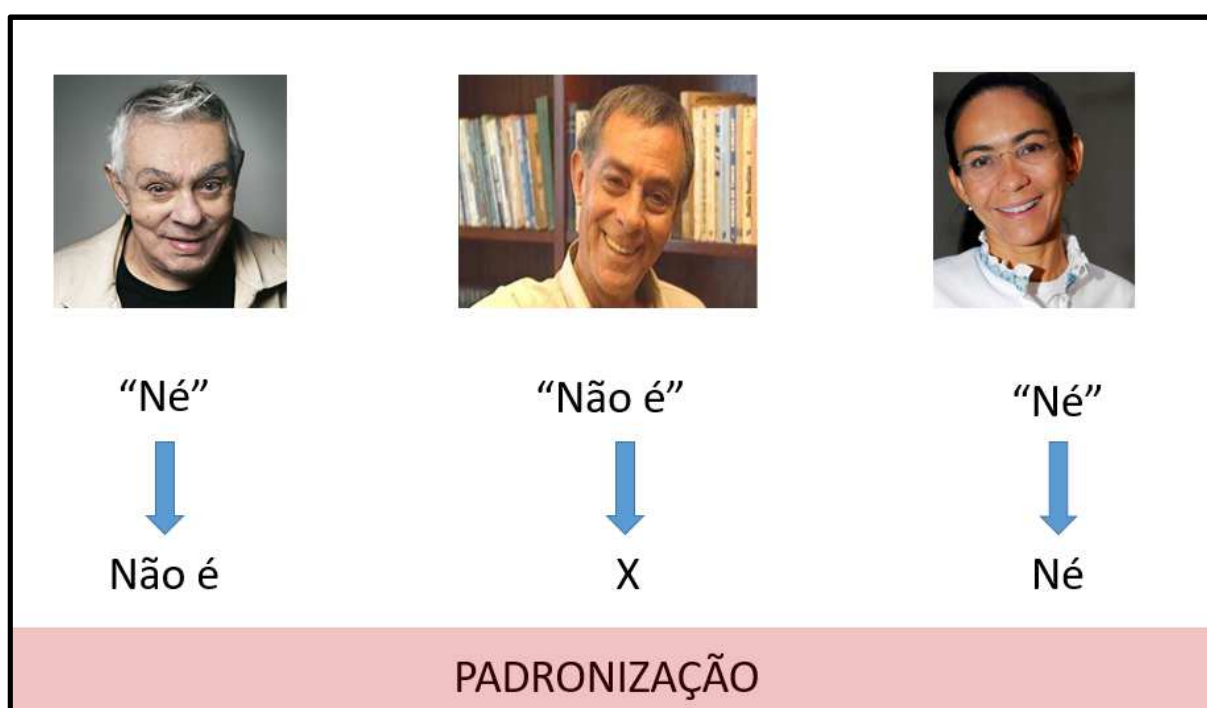
5.1 Uma proposta sobre a atuação do revisor de texto em retextualização de entrevistas

Partindo do princípio de que o revisor de textos é o profissional responsável por fazer a adequação do texto escrito antes de ser publicado em seu destino final, reforçamos a importância de espaço, nos veículos de comunicação, para o desenvolvimento de suas atividades. No caso das entrevistas analisadas, não há informação se a retextualização foi feita por revisor ou se passou por ele antes de ser disponibilizada na página eletrônica. Apesar disso, serão feitas propostas para atuação do revisor com base nos estudos e análises realizados.

Como já se sabe, de acordo com o entendimento atual, o revisor de texto é o responsável por adequações que vão além da simples normatização de acordo com a gramática tradicional; deve-se percebê-lo como um profissional com visão ampla e que lida com elementos complexos. De acordo com essa visão, o revisor deve cuidar para corrigir o essencial ao entendimento do público, como foi possível notar, de forma geral, no contexto específico das entrevistas trabalhadas (exclusão de repetições, inclusão de pontuação, retirada de marcas de interação que não comprometam o conteúdo, etc.). Além disso, deve tomar o cuidado para não corrigir excessivamente e entrar em questões de estilo e marcas pessoais de fala.

Nas entrevistas analisadas, percebeu-se que o operador discursivo¹² “não é” e a sua respectiva contração “né” tiveram tratamentos diferentes: no caso de Chico Anysio, todas as vezes em que ele falou “né”, ocorreu, na escrita, a substituição por “não é”, imprimindo maior formalidade; já no caso de Dias Gomes, constantemente era utilizada a expressão “não é” e, na escrita, ela simplesmente foi eliminada em todas as suas ocorrências; por último, no caso de Heloísa Helena, a expressão “né”, utilizada por ela, foi mantida sem alteração na escrita. Isso demonstra uma falta de padronização quanto às interferências realizadas nos textos.

Figura 5 – Quadro comparativo



Fonte: produzido pela autora

O critério da padronização é de suma importância e claramente não foi adotado no caso dos operadores discursivos mencionados¹³. Além de se pautar pela gramática, o revisor, na maioria dos casos, dispõe do manual de revisão de sua instituição, que orientará um padrão a ser seguido. Todavia, esse profissional deve estar atento aos momentos em que suas decisões pertencerem às lacunas das regras gramaticais e dos manuais, de modo que ele siga um padrão próprio e

¹² Neste trabalho, os termos operadores discursivos e marcadores discursivos são utilizados como sinônimos, independentemente dos estudos de John Langshaw Austin.

¹³ Ressalta-se, mais uma vez, não sabermos se o texto passou por revisão ou se, caso tenha passado, foi realizada pelo mesmo profissional, pois isso prejudica a padronização defendida.

imutável em todo o texto. Com relação ao exemplo dos marcadores discursivos mencionados, se forem considerados meras marcas da interação oral, que sejam excluídos do início ao fim; caso entenda-se que eles podem ser mantidos, mas há a necessidade de imprimir maior formalidade, que sejam utilizadas as estruturas completas e não contraídas; por fim, caso sejam vistos como marcas pessoais, que sejam mantidos sem alteração.

Propõe-se, portanto, que o revisor aja primeiramente em consonância com a gramática e com o veículo de informação em que atua, obedecendo às regras estipuladas por eles. Em seguida, destaca-se a importância de estar atento às variáveis de propósito e às características do gênero textual da retextualização, as quais darão um maior respaldo para seu trabalho. Especificamente no caso das entrevistas transcritas, o revisor deve cuidar para que sua compreensão do texto falado não prejudique a verdade do conteúdo emitido, excluindo trechos considerados fundamentais ou atribuindo significados não pretendidos pelo emissor. É notório que alguns veículos de informação utilizam-se propositalmente de recursos linguísticos para destacar nas falas carga idealizadora que vá ao encontro de suas bandeiras políticas e filosóficas, ou que vá de encontro a essas convicções. O uso das aspas ou do *sic*¹⁴ é visto com frequência com uma valoração pejorativa, que acontece de forma sutil, mas passa o recado da crítica pretendida. Recortes nas falas também são corriqueiros, destacando-as de seus contextos, atribuindo significância diferente da pretendida pelo autor. Há, ainda, a já mencionada atribuição de fala, que se trata de uma fala travestida de originalidade, mas que não condiz com a realidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender que o revisor de texto é um profissional fundamental no trato dos textos, pois suas atividades são complexas e vão muito além da simples normatização linguística. Buscou-se propor, com base nos estudos de Marcuschi, como deveria ser a atuação desse profissional no caso específico do processo de retextualização de entrevistas, as quais foram escolhidas por,

¹⁴ Advérbio em latim que significa “assim”, utilizado para evidenciar um erro do emissor, destacando que o veículo de informação sabe que se trata de um erro, mas colocou a informação tal qual foi originalmente emitida.

geralmente, carregarem em si marcas da individualidade do entrevistado. No entanto, no caso das entrevistas selecionadas, não foi possível determinar alguma marca estigmatizadora que tivesse sofrido alteração na retextualização.

Destacou-se a importância de o revisor dominar técnicas de retextualização, pois, embora a análise dos dados não tenha fornecido esse subsídio, foi comprovado, pela pesquisa bibliográfica, que esse processo pode esmaecer a identidade do entrevistado, exigindo, portanto, sensibilidade do revisor para não adentrar nessa particularidade. Ao mesmo tempo, do revisor é exigido domínio para realização das correções necessárias exigidas pelo gênero textual, pelo veículo de informação que o propaga, por seu propósito e por seu público-alvo.

A análise das entrevistas identificou os tipos de intervenções realizadas no texto escrito, com base no diagrama de Marcuschi e, além disso, evidenciou a falta de padronização nas retextualizações. Por fim, sugeriu-se que o revisor pautasse suas interferências nas regras estipuladas pela gramática e pelo manual de edição do veículo de comunicação para o qual trabalha.

FROM SPEECH TO WRITING: a proposal on the role of the proofreader in the process of interviews retextualizing.

ABSTRACT

This article studies the process of retextualization, with focus on the spoken interviews, in the light, mostly, of the studies of the linguist Luiz Antônio Marcuschi. Aims, mainly, to emphasize the importance of the proofreader to master techniques of retextualization; specifically, it intends to demonstrate how the retextualization can provoke a fading of the interviewee's identity; also intends to suggest how the proofreader's performance should be. For that, a bibliographical research was carried out that allowed to define the concept of retextualization, approached the notion of textual genres and the role of the proofreader. Then, three retextualized interviews were analyzed to identify the interventions of the proofreader and to comment on them. Concerning to the fading of identity, it was verified in the bibliographic research that retextualization can provoke it, but the analysis of the selected interviews did not allow this same conclusion, because it was not possible to detect in them stigmatizing marks of the individuals. Finally, it was proposed to the proofreader a way of acting in texts of interviews that have undergone the process of retextualization.

Key words: Textual Linguistics. Textual Genres. Recension. Retextualization. Interviews.

REFERÊNCIAS

ANDREA, C. F. B.; RIBEIRO, A. E. **Retextualizar e reescrever, editar e revisar:** reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 64-74, 2010. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/08/ARTIGO-5.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1992] 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS FILHO, E. L. **Manual de redação e estilo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997, 400 p.

PORTAL FAPESP, Disponível em: <<http://www.rodaviva.fapesp.br/entrevistas/1>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

PORTAL YouTube, Disponível em: <<https://www.youtube.com/?hl=pt&gl=BR>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

ROCHA, H. **Um novo paradigma de revisão de texto:** discurso, gênero e multimodalidade. 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.